

O AUXÍLIO-RECLUSÃO E A CONSTITUCIONALIDADE DO REQUISITO BAIXA RENDA

Sara Thatcher de Paiva Bernardes
Marcus Motta Monteiro de Carvalho

Resumo

Um dos direitos sociais estabelecido no art 6º da constituição federal está o direito a Previdência Social, que tem como objetivo a proteção dos segurados e dos seus dependentes. Dentre os benefícios da previdência social está o auxílio-reclusão, este é devido aos dependentes do segurado preso. A concessão de tal benefício está prevista no art. 201, inciso IV, da Constituição Federal, porém a EC nº 20/98 deu nova redação ao artigo determinando que o referido benefício só será concedido aos dependentes que possuírem baixa renda, estipulando um limite para esse requisito. Os dependentes do segurado cuja renda for superior ao limite estipulado antes da prisão, não terão direito ao benefício. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo mostrar que EC supracitada viola direito fundamental do indivíduo além de alguns princípios constitucionais.

Palavras-chave: Previdência Social, auxílio-reclusão, baixa renda

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal abrange, no capítulo II, os direitos sociais, entre os quais a previdência social. Essa tem por finalidade a proteção social, principalmente quando o segurado e seus dependentes estiverem sobre risco social e não puderam obter recursos pelo próprio esforço.

O art. 201 estabelece regras sobre o regime geral da previdência social, o inciso IV do mesmo artigo prevê o auxílio reclusão para os segurados de baixa renda.

O auxílio reclusão é o benefício previdenciário devido aos dependentes de segurado preso. Muito parecido com o benefício de pensão por morte, pois ambos são devido aos dependentes.

Contudo, a Emenda Constitucional nº20/98, limitou a concessão do benefício às pessoas de baixa renda. Assim, os dependentes de segurados que recebam, antes da prisão, valor superior a R\$ 915, 05, não terão direito ao benefício previdenciário.

Portanto o presente trabalho discorre sobre a Previdência Social, auxílio reclusão e tem como finalidade demonstrar a inconstitucionalidade do limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20/98 ao auxílio reclusão.

1- Previdência Social

É a Previdência Social direito fundamental social, destinados aos segurados e aos seus dependentes, garantindo a esse e sua família as prestações previdenciárias em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice.

O que o difere das demais áreas da seguridade social é que para ter direito ao benefício proporcionado pelo regime previdenciário, o segurado precisa fazer contribuições.

O objetivo da Previdência Social é fornecer um sistema de proteção social com meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família.

A Previdência Social Brasileira possui dois regimes básicos, que são o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e os Regimes Próprios de previdência de servidores públicos – RPPS.

Recebem os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS as pessoas físicas classificadas como segurados e dependentes. Porém existem dois tipos de segurado os obrigatórios e os facultativos..

São segurados obrigatórios aqueles que contribuem involuntariamente para a Previdência Social, com direito aos benefícios pecuniários e aos serviços.

Os segurados facultativos são todos aqueles que, maiores de 16 anos, não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social.

É por meio desses regimes que o Estado torna viável aos trabalhadores acesso à previdência. Sendo assim, eles e seus dependentes estarão amparados pela previdência contra contingências de perda ou redução da sua remuneração, de forma temporária ou permanente, de acordo com a previsão da lei.

Assim, a previdência social é um sistema estatal cuja a principal função é o de proteger os trabalhadores e seus dependentes dos riscos sociais que a Constituição Federal estabeleceu no art. 201.

Cabe ressaltar que de acordo com a legislação previdenciária os dependentes do segurado terão direito a dois benefícios. São eles: Pensão por morte e auxílio reclusão. Sendo o primeiro concedido em razão do óbito do segurado, e o por ocasião de detenção prisional..

2- Auxílio Reclusão

O auxílio reclusão é um benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto. Foi instituído pela Lei Nº8213, de 24 de junho de 1991.

É concedido quando comprovada a qualidade de segurado do requerente. O segurado que tiver sido preso não poderá estar recebendo salário da empresa na qual trabalhava, nem estar em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono permanência em serviço.

Além disso, a EC nº 20/98 deu nova redação ao art. 201, inciso IV, da constituição Federal, determinando que o referido benefício seja concedido apenas aos dependentes dos segurados da previdência social que possuem baixa renda.

O ultimo salário de contribuição do segurado deve ser igual ou inferior aos valores da tabela a seguir:

PERÍODO	SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO TOMADO EM SEU VALOR MENSAL
A partir de 1º/1/2012	R\$ 915,05 – <u>Portaria nº 02, de 6/1/2012</u>
A partir de 15/7/2011	R\$ 862,60 – <u>Portaria nº 407, de 14/7/2011</u>
A partir de 1º/1/2011	R\$ 862,11 – <u>Portaria nº 568, de 31/12/2010</u>
A partir de 1º/1/2010	R\$ 810,18 – <u>Portaria nº 333, de 29/6/2010</u>
A partir de 1º/1/2010	R\$ 798,30 – <u>Portaria nº 350, de 30/12/2009</u>
De 1º/2/2009 a 31/12/2009	R\$ 752,12 – <u>Portaria nº 48, de 12/2/2009</u>
De 1º/3/2008 a 31/1/2009	R\$ 710,08 – <u>Portaria nº 77, de 11/3/2008</u>
De 1º/4/2007 a 29/2/2008	R\$ 676,27 - <u>Portaria nº 142, de 11/4/2007</u>
De 1º/4/2006 a 31/3/2007	R\$ 654,61 - <u>Portaria nº 119, de 18/4/2006</u>
De 1º/5/2005 a 31/3/2006	R\$ 623,44 - <u>Portaria nº 822, de 11/5/2005</u>
De 1º/5/2004 a 30/4/2005	R\$ 586,19 - <u>Portaria nº 479, de 7/5/2004</u>
De 1º/6/2003 a 31/4/2004	R\$ 560,81 - <u>Portaria nº 727, de 30/5/2003</u>

(Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>)

Assim, o valor total do benefício não pode ultrapassar o teto pré-estabelecido pela previdência (R\$ 915,05), contudo, os dependentes dos segurados vivem com o fruto do labor do trabalhador a referida limitação imposta pela Emenda Constitucional nº 20/98.

3- Requisitos necessários para a concessão do auxílio reclusão

É obrigatório que o segurado esteja cumprindo pena em regime fechado ou semi-aberto. Não é válido nos casos de livramento condicional ou pena em regime aberto. O segurado com idade entre 16 e 18 anos, internado em estabelecimento educacional ou similar, sob custódia do juizado da Infância e Juventude, também é considerado cidadão recolhido a prisão.

O segurado recluso não terá direito aos benefícios de auxílio doença e de aposentadoria, quando os seus dependentes estiverem recebendo o auxílio reclusão, se o segurado passar a receber aposentadoria ou auxílio-doença os

dependentes poderão optar pelo mais vantajoso, mediante declaração escrita de ambas as partes. Conforme diz Sérgio Pinto Martins,

O segurado recluso não terá direito aos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria durante a percepção, pelos dependentes, do auxílio reclusão, ainda que, nessa condição, contribua como contribuinte individual ou facultativo, permitida a opção desde que manifestada, também, pelos dependentes, ao benefício mais vantajoso (parágrafo 1º do art. 2º da Lei nº10.666). Dessa forma, o segurado e os dependentes poderão optar pelo benefício mais vantajoso, que poderá ser o auxílio-reclusão, o equivalente ao auxílio-doença ou a aposentadoria. (MARTINS, 2005, p 389)

O benefício ficará suspenso quando houver fuga do detento e poderá ser restabelecido quando este for recapturado, caso na data em que for recapturado não possuir mais vínculo com o INSS seus dependentes perderão o direito ao benefício.

É importante ressaltar que durante a fuga a família do preso ficará desamparada mesmo estando em situação geradora de necessidade. Após o cumprimento da pena, ou seja, com a soltura do segurado fica proibido a concessão do benefício. Mas, os dependentes poderão requerer as parcelas que não foram pagas quando o segurado se encontrava preso.

Caso venha o segurado detento ou recluso falecer, o auxílio-reclusão será automaticamente convertido em pensão por morte. Sendo assim, o dependente terá direito a receber o salário-de-benefício.

Também a reclusão deverá acontecer no prazo de manutenção da qualidade de segurado. É segurado da Previdência Social, de forma compulsória, a pessoa física que exerce atividade remunerada, efetiva ou eventual, de natureza urbana ou rural, com ou sem vínculo de emprego, a título precário ou não, bem como aquele que a lei define como tal, observadas, quando for o caso, as exceções prevista no texto legal, ou alguma das atividades mencionadas acima, no período imediatamente anterior chamado “período de graça”. Também é segurado aquele que se filia facultativa e espontaneamente a Previdência Social, contribuindo para o custeio das prestações sem estar vinculado obrigatoriamente ao regime geral de previdência Social – RGPS ou a outro regime previdenciário qualquer.

O Período de graça é aquele em que o indivíduo não contribui mas mantém o seu vínculo, ainda que esteja percebendo benefícios da Previdência Social.

Contudo, para a concessão do benefício o postulante tem que comprovar a situação de dependente do segurado. São considerados dependentes o cônjuge ou

companheiro, filho ou irmão (não emancipado e menor de 21 anos, se não for incapacitado), filho equiparado (menor tutelado ou enteado) e os pais do segurado. Após a concessão do benefício os dependentes devem apresentar à Previdência Social de três em três meses, atestado de que o trabalhador continua preso, emitido por autoridade competente, sob pena de suspensão do benefício. Esse documento será o atestado de recolhimento do segurado a prisão.

Resta agora o último requisito exigido para a concessão do auxílio reclusão a Emenda Constitucional nº 20/98 alterou a redação do art. 201, IV, exigindo a baixa renda para a concessão do benefício. Assim, prevê o art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/98:

Art.13. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao)

Portanto, o salário família e auxílio reclusão serão concedidos apenas quando os segurados da previdência social receberem rendimentos até o limite estabelecido pela citada emenda.

Com relação ao termo baixa renda duas correntes de interpretação se formaram. Uma defende que a renda a ser levada em conta é a do dependente, a outra defende que a renda a ser levada em consideração é a do segurado.

No entanto, de acordo com a posição do STF :

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ART. 201, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LIMITAÇÃO DO UNIVERSO DOS CONTEMPLADOS PELO AUXÍLIO-RECLUSÃO. BENEFÍCIO RESTRITO AOS SEGURADOS PRESOS DE BAIXA RENDA. RESTRIÇÃO INTRODUZIDA PELA EC 20/1998. SELETIVIDADE FUNDADA NA RENDA DO SEGURADO PRESO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. I - Segundo decorre do art. 201, IV, da Constituição, a renda do segurado preso é que a deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício e não a de seus dependentes. II - Tal compreensão se extrai da redação dada ao referido dispositivo pela EC 20/1998, que restringiu o universo daqueles alcançados pelo auxílio-reclusão, a qual adotou o critério da seletividade para apurar a efetiva necessidade dos beneficiários. III - Diante disso, o art. 116 do Decreto 3.048/1999 não padece do vício da inconstitucionalidade. IV - Recurso extraordinário conhecido e provido. (<http://columbo2.cjf.jus.br/juris/unificada/Resposta>)

Portanto, tem prevalecido a posicionamento do STF, o requisito “baixa renda a ser analisado será a do segurado e não a dos dependentes”.

É importante ressaltar que para a concessão de tal benefício será levado em consideração o último salário do segurado antes de ser recluso ou detento, então mesmo se antes da reclusão o salário do segurado era igual ou inferior ao limite estipulado mas, o último for superior seus dependentes não terão direito ao auxílio reclusão.

4- A constitucionalidade do Auxílio Reclusão

Como já visto a Emenda Constitucional nº 20/1998, deu nova redação ao art.201, inciso IV, da Constituição Federal, determinando que o auxílio-reclusão seja concedido apenas aos dependentes dos segurados da previdência social que possuem baixa renda.

A Emenda supracitada é materialmente inconstitucional, primeiro porque viola princípios constitucionais. Além disso, se difere do que prevê a Constituição Federal com relação a previdência social que tem por objetivo proteger e amparar os que não possuem atividade laboral. Não quer dizer que o segurado possuindo uma renda alta, os seus dependentes tenham garantida a sua subsistência.

Com relação aos direitos e garantias individuais, considerados cláusulas pétreas no sistema constitucional brasileiro (art. 60 parágrafo 4º, IV), previstos, principalmente, no título II da Constituição da República, está o direito a Previdência Social.

Portanto, não é correto deixar desamparados os dependentes do segurado que possui renda bruta superior ao limite legal, pois o objetivo do benefício é justamente substituir a renda do segurado preso.

Além do mais o auxílio-reclusão substitui o rendimento do trabalho, não podendo este ser indeferido aos dependentes do segurado que recebiam, antes da prisão, remuneração acima do limite mencionado, pois a Constituição, impede benefícios substitutivos inferiores ao salário mínimo. Assim, fica claro que o indeferimento do benefício viola um direito fundamental do cidadão.

4.1- Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia esta presente no caput do art. 5ª da Constituição Federal e afirma que "todos são iguais perante a lei", independentemente da riqueza ou prestígio destes. O princípio abrange todos os ramos do direito.

Assim, o princípio da igualdade jurídica consiste em assegurar às pessoas de situações iguais os mesmos direitos, prerrogativas e vantagens, com as obrigações correspondentes.

Portanto, fica nítido que a limitação introduzida pela Emenda Constitucional n.20/98, viola o princípio da isonomia, pois os dependentes de segurados que auferiam rendimentos inferiores ao limite terão direito ao auxílio reclusão, enquanto os dependentes dos segurados que recebiam além desse limite não possui direito ao referido benefício.

4.2- Princípio da personalidade da pena

O auxílio reclusão está amparado pelo art. 5º, XLV, da Constituição Federal.

nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03)

Dessa forma, não é certo a limitação do rol de beneficiários do auxílio reclusão entendendo que o Estado não deve sustentar a família do delinqüente. Tal limitação pode gerar conseqüências econômicas para os dependentes do recluso, sendo que a função do Estado é exatamente proteger e minimizar esse tipo de situação.

Assim, não resta dúvida de que a EC nº 20/98, fere o princípio da personalidade da pena.

CONCLUSÃO

A limitação imposta pela Emenda Constitucional nº 20/98 no que se refere à concessão de auxílio reclusão, deve ser tida como inconstitucional. Assim ao excluir os dependentes do segurado com renda acima do limite legal não foi respeitado o direito social tido como fundamental do indivíduo, ou seja, o direito a previdência social. Além disso, o requisito “baixa renda” viola vários princípios constitucionais.

Como visto anteriormente um dos requisitos essencial para o dependente fazer jus ao auxílio reclusão é a qualidade de segurado. Portanto só terá direito o recluso que recolheu contribuições ao Regime. Sendo assim, não é justo impor uma limitação para concessão do auxílio reclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Dec. 3.048 de 06 de maio de 1999. Regulamento da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm. Acesso em: 28/10/2012;

BRASIL, Lei 8.213 de 24 de Julho de 1991. Plano de benefício da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 16/10/2012;

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm. Acesso em: 28/10/2012;

BRASIL, Portal da Justiça Federal. Disponível em: <http://columbo2.cjf.jus.br/juris/unificada/Respost>. Acesso em: 01/11/2012;

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>. Acesso em: 28/08/2012;

IBRAHIM, Fábio Zambritte. Curso de direito previdenciário. 10ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007;

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da seguridade social. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 11ªed. São Paulo: Atlas, 2002.